

LEI MUNICIPAL Nº 302, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2.019.

Autoriza a doação do imóvel que menciona ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapagipe-MG e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapagipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O IMÓVEL constituído de UM TERRENO URBANO situado nesta cidade e comarca Itapagipe-MG, no Loteamento denominado “BAIRRO SEBASTIÃO SORES”, composto do Lote 20 da Quadra 08 com a área de 225.00m² (duzentos e vinte e cinco metros quadrados), com a seguinte descrição: Mede-se 10,00 m de frente para a Rua Prefeito Gilberto Queiroz, pelo lado direito mede-se 22,50 m com a Rua Vereador Vicente Braga da Silva, aos fundos mede-se 10,00 m com o lote 10, e pelo lado esquerdo mede-se 22,50 m com a lote 19 e respectiva benfeitoria nele existente de UMA DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO com dois pavimentos, sendo o pavimento térreo com a área de 202,50m² e o pavimento superior com a área de 109,74m², perfazendo uma área total de 312,24m² (trezentos e doze metros e vinte e quatro centímetros quadrados), que recebeu do emplacamento municipal o nº 5.201 pela Rua Prefeito Gilberto Queiroz, no Lote 20 da Quadra 08 Bairro Sebastião Soares, nesta cidade de Itapagipe-MG., procedente da Matrícula nº. 10.971, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itapagipe passa a constituir-se BEM DOMINICAL.

Art. 2º Fica o Município de Itapagipe autorizado a doar ao *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapagipe - MG.*, com sede nesta cidade de Itapagipe, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 08.860.085/0001-18, o imóvel a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A presente doação fica reconhecida como de interesse público, pois objetiva propiciar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapagipe - MG., a estrutura física necessária para que de forma organizada possa representar e defender os direitos dos trabalhadores rurais em busca da justiça social e da dignidade da pessoa humana.

Art. 3º O Imóvel destina-se a instalação da sede da referida entidade para servir as suas atividades institucionais.

Art. 4º O donatário não poderá alienar, hipotecar, dar em garantia ou alterar a destinação do imóvel, sem o prévio consentimento do Executivo Municipal.

Art. 5º Fica assegurado ao Município de Itapagipe o direito de uso do imóvel e benfeitorias da donatária para a promoção de palestras, conferências, reuniões, cursos e seminários de natureza técnica e cultural, pertinentes às atividades institucionais.

Parágrafo único. As condições de uso do imóvel e das benfeitorias previstas neste artigo serão estabelecidas em acordo expresso entre doador e donatária.

Art. 6º O imóvel doado reverterá ainda ao Patrimônio Municipal, com todas as benfeitorias e instalações nele existentes, sem qualquer indenização ou direito à retenção se, a qualquer tempo, a entidade donatária vier a encerrar suas atividades no Município ou deixar de cumprir as finalidades específicas da presente doação, que neste caso ficará revogada de pleno direito.

Parágrafo único. A paralisação das atividades por prazo superior a 06 (seis) meses, implica em revogação da presente doação e imediata reversão do imóvel ao patrimônio público sem qualquer indenização.

Art. 7º Em razão de manifesto e relevante interesse público fica dispensada a realização de processo licitatório para a doação com encargos, na forma do disposto no artigo 89, Parágrafo único, da Lei Orgânica do Município e no § 4º, do artigo 17, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 8º A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão obrigatoriamente os encargos da donatária e cláusula de reversão, nos termos do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, sob pena de nulidade do ato.

Art. 9º Na escritura pública constará ainda cláusula de inalienabilidade do terreno doado, sem prévia autorização escrita do Executivo Municipal.

Art. 10. As despesas decorrentes da Escritura, dos impostos de transmissão e despesas no Cartório de Registro de Imóveis e demais emolumentos serão de responsabilidade exclusiva da donatária.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapagipe, 03 de dezembro de 2.019.

Benice Nery Maia
Prefeita Municipal